Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

55/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO CAUTELAR E MEDIDAS

Cabimento

AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO CORRETO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. Não se evidencia o necessário interesse processual para ajuizamento da ação cautelar de exibição de documentos, porquanto, não comprovou a parte o desatendimento do pedido pela via administrativa. Sequer mencionou o autor que tivesse solicitado à ré ou ao Ministério do Trabalho e Emprego cópia das guias RAIS, onde consta, inclusive, os salários pagos aos empregados da empresa, a fim de que pudesse constatar se houve ou não o correto recolhimento da contribuição sindical, sendo de se destacar caber ao sindicato o controle e fiscalização direta de referidas contribuições. Ademais, dispõe o artigo 606 da CLT que cabe às entidades sindicais, em caso de ausência de pagamento das contribuições sindicais, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho. (TRT/SP - 02199200831602005 - RO - Ac. 2ªT [20100124440](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 05/03/2010)

APOSENTADORIA

Complementação. Direito material

EMENTA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PLANO PRÉ-75. Inexistindo similaridade entre as situações jurídicas, impossível deferir isonomia, instituto que decorre do tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais. Infirmadas as alegações de vício por erro, de quebra do tratamento isonômico e de equivalência entre os planos de complementação de aposentadoria, o pedido de alteração das bases de correção da complementação de aposentadoria deve ser rejeitado. **LITISPENDÊNCIA.** Ação coletiva e ação individual. Inexistência. Por força de lei (artigo 104, Código de Defesa do Consumidor), aplicável ao processo do trabalho coletivo por incidência do artigo 21 da Lei da Ação Civil Pública, não há litispendência entre ação individual e ação coletiva de tutela de interesses individuais homogêneos. (TRT/SP - 02964200503902003 - RO - Ac. 9ªT [20100495502](#) - Rel. ELIANE APARECIDA DA SILVA PEDROSO - DOE 08/06/2010)

AVISO PRÉVIO

Retratação

"Aviso prévio. Ausência de recebimento. Data retroativa. O conjunto probatório indica que o reclamante, antes de se desligar da reclamada, já havia iniciado outro contrato de trabalho, com registro em CTPS. Portanto, perde sustentação a tese de fraude na concessão do aviso prévio, tendo em vista que o início de um novo contrato de trabalho, antes do término do anterior, indica que o reclamante não só estava ciente do desligamento, como pode afastar-se do antigo emprego, fruindo dos direitos conferidos pelo art. 488 da CLT. Mantenho. Multa do art. 477 da CLT. As verbas rescisórias foram quitadas no mesmo dia do desligamento. Não há que

se cogitar, assim, de pagamento a destempo. Mantenho. Responsabilidade subsidiária. Terceirização. Atividade de manutenção. As atividades desenvolvidas pelo reclamante estavam inseridas na manutenção corriqueira das caldeiras da 2ª reclamada. A contratação não se destinou à execução de obra certa e determinada, mas de serviços indeterminados que surgissem no período de vigência contratual. A hipótese é de terceirização, expediente muito utilizado pelas empresas, através do qual delegam a terceiros um determinado serviço, que se inclui ou não no âmbito de sua atividade principal, permitindo que se concentrem apenas na exploração da sua atividade econômica nuclear. A 2ª reclamada terceirizou serviços relacionados à sua atividade econômica, que poderia ser feitos com sua própria mão-de-obra. Não é ela dona-da-obra, mas sim tomadora de serviços, situação que permite o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, nos termos da Súmula 331, IV do TST, que não é afastada pelo art. 71, § 1º da Lei n. 8.666/93. Dou provimento." (TRT/SP - 01382200847102003 - RO - Ac. 10ªT [20100251816](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 05/04/2010)

CARTEIRA DE TRABALHO

Anotação administrativa. Revisão judicial

RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO: ANOTAÇÃO NA CTPS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA. TERMO INICIAL: Embora o juízo esteja autorizado a fixar multa diária em caso de descumprimento de obrigação de fazer, nos termos do artigo 461, do CPC, o termo inicial deve ser a disponibilização pela reclamante da CTPS junto à Secretaria da Vara, após o trânsito em julgado da decisão. Recurso ordinário do reclamado ao qual se dá provimento parcial. RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. CONTINUIDADE. FRAUDE: A prática das reclamadas em contratar os trabalhadores, num primeiro momento, sob a roupagem de contrato temporário, para depois admiti-los por prazo indeterminado, em evidente intuito fraudatório, impõe a aplicação do artigo 9º, da CLT. UNICIDADE CONTRATUAL. RETIFICAÇÃO DA CTPS. EFEITOS DA CONDENAÇÃO: Reconhecida a unicidade contratual, deve ser determinada a retificação da CTPS da obreira, bem como sejam estendidos os efeitos da condenação ao período reconhecido. FINANCEIRAS. BANCÁRIO. JORNADA: As provas produzidas revelam que o trabalho desempenhado dizia respeito a empréstimos, refinanciamentos e seguro de vida, fazendo incidir a Súmula 55, do TST, de modo que devem ser observadas como extraordinárias as horas trabalhadas além da 6ª diária e 30ª semanal. Recurso ordinário da reclamante ao qual se dá provimento parcial. (TRT/SP - 02899200202002009 - RO - Ac. 4ªT [20100345373](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 07/05/2010)

COMISSIONISTA

Comissões

RECURSOS ORDINÁRIOS - I -DA RECLAMADA. - ANOTAÇÃO DO SALÁRIO EM CTPS. O autor ofereceu demonstrativo das comissões auferidas, que serviram de base para a média salarial auferida pelo julgador, sendo certo que não houve, por parte da ré, a contrapartida da impugnação por idêntico sistema. - COMPENSAÇÃO DE DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS - Recolhimentos previdenciários estão determinados em decorrência da condenação neste processo, o que afasta a possibilidade de compensação com valores já depositados sob diferente hipótese de incidência. - FÉRIAS EM DOBRO - A dobra

das férias é devida, sob o pressuposto lógico de que a fraude consistente na contratação sem registro não pode aproveitar ao fraudador. - SEGURO-DESEMPREGO - A indenização do valor das parcelas do seguro desemprego - não concedido em razão das condições de ilegalidade com que a ré se beneficiou da força de trabalho do autor - fica mantida sob o mesmo raciocínio, fundado também na impossibilidade ética e jurídica de invocação da própria torpeza. Recurso desprovido. - II -ADESIVO DO AUTOR. Astreintes -Sem embargo de que a imposição de astreintes é uma faculdade do julgador, e não obrigação, sua aplicação é possível a qualquer tempo, quando requerida pela parte interessada, à luz do art. 287 do CPC. - DSR SOBRE COMISSÕES - Tratando-se de salário misto (parcela fixa mais comissões) é devido o pagamento, relativamente à parte variável, do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, já que a parcela referente aos DSRs. está embutida apenas no salário fixo. -MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT - O saldo de salários compreende todos os valores de natureza salarial retidos pelo empregador até a rescisão do contrato e constitui um dos componentes da locução "verbas rescisórias" considerada em seu sentido restrito. Ademais, a fraude da contratação sem registro não pode ser convertida em benefício para o fraudador. - MULTAS NORMATIVAS - Tratando-se de acessórios e com respaldo no art. 515, parágrafo 1º, do CPC, julga-se procedente essa pretensão, a despeito da reincidência omissiva na decisão de embargos em face da constatada infringência de cláusulas convencionais. Recurso provido. (TRT/SP - 00195200504802000 - RO - Ac. 4ªT [20100345322](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 07/05/2010)

COMPETÊNCIA

Contribuição previdenciária

INSS. Reconhecimento de Vínculo. Não há como serem executadas na Justiça do Trabalho contribuições previdenciárias incidentes sobre salários do período contratual reconhecido por sentença, salvo se esta determinar também o pagamento de salários. A sentença que reconhece o vínculo, mas não determina o pagamento de salários, tem, sob esse aspecto, natureza meramente declaratória e, como tal, não comporta execução. A cobrança de contribuições incidentes sobre valores já pagos na vigência do contrato e não por força da reclamatória trabalhista deve ser promovida em ação própria, no foro competente. (TRT/SP - 01619200902402007 - RO - Ac. 1ªT [20100129255](#) - Rel. WILSON FERNANDES - DOE 23/03/2010)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. O valor da indenização por dano moral deve ser suficiente para amenizar a dor sofrida, não podendo ser fonte de enriquecimento para a ex-empregada. Embora não se negue a existência do abalo íntimo, não havendo provas de que o ato cometido pelo empregador tenha tido grande repercussão dentro ou fora da empresa, o valor da indenização deve ser fixado de forma moderada. Recurso a que se dá provimento, neste ponto, para reduzir o valor da indenização. (TRT/SP - 00254200801102006 - RO - Ac. 3ªT [20100340525](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 30/04/2010)

EMPRESA (CONSÓRCIO)

Configuração

RECURSO ORDINÁRIO. GRUPO ECONÔMICO. ART. 2º, § 2º, DA CLT. Relativização do princípio da separação entre sociedades e sócios, bem como entre sociedades pertencentes a um só grupo, possibilitando prescindir-se da personalidade jurídica, em casos concretos e observando-se certos limites, a fim de responsabilizar aqueles que se "escondem sob o seu véu". No Direito do Trabalho a caracterização de grupo econômico não exige o rigor da tipificação constante do Direito Civil ou do Direito Comercial. Trata-se, em suma, de garantir a satisfação do crédito trabalhista, de natureza alimentar, respeitadas as circunstâncias apresentadas em cada caso. (TRT/SP - 01351200809002008 - RO - Ac. 11ªT [20100170689](#) - Rel. CARLOS FRANCISCO BERARDO - DOE 17/03/2010)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Provisória. Acidente do Trabalho e Doença Profissional

GARANTIA DE EMPREGO. DOENÇA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. Não demonstrado que houve afastamento em razão de doença por mais de quinze dias ou mesmo percebido auxílio-doença acidentário, o empregado não faz jus à garantia de emprego e conseqüentemente a reintegração ao emprego, convertida em indenização pecuniária. (TRT/SP - 01392200431602005 - RO - Ac. 3ªT [20100344113](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 30/04/2010)

"Estabilidade provisória. No caso em pauta, houve reconhecimento judicial da moléstia ocupacional, com nexos de causalidade com as atividades laborativas. O obreiro estava incapacitado no momento da despedida, tanto que o Sindicato profissional emitiu CAT com período de afastamento de 90 dias. O autor faz jus à estabilidade provisória a que alude o artigo 118 da Lei n. 8.213/91. Considerando-se o lapso de tempo decorrido após o término do contrato de trabalho, converto o período estável em indenização, consistente no pagamento de 12 (doze) salários, considerado o valor mensal que deveria perceber no período da estabilidade, devidamente atualizado à época do efetivo pagamento. Da majoração do valor da indenização por danos morais. Presente a violação ao patrimônio ideal do reclamante, consistente na agressão sofrida à higidez física, que reduziu sua capacidade laboral, diminuindo-lhe o valor no concorrido mercado de trabalho, cumpre elevar o valor arbitrado pelo Juízo de origem. Assim, dou provimento, para majorar a indenização por danos morais, em razão do acometimento da incapacidade laborativa, em idade francamente produtiva, com dificuldades, desde então, de recolocação do obreiro no mercado de trabalho. Danos materiais. O obreiro é portador de incapacidade laborativa permanente em relação à coluna lombar do obreiro; há prejuízo material, diante das limitações de obter nova colocação, considerando-se que o autor é trabalhador braçal; faz jus à indenização para reparação dos danos materiais. RECURSO ORDINÁRIO A QUE SE DÁ PROVIMENTO PARCIAL". (TRT/SP - 00652200806302001 - RO - Ac. 10ªT [20100251999](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 05/04/2010)

GRATIFICAÇÃO

Integração

"GRATIFICAÇÃO SUDS. PAGAMENTO HABITUAL. NATUREZA SALARIAL. Muito embora a "gratificação SUDS" seja verba decorrente de convênio firmado entre os entes da Federação visando equilibrar os ganhos do pessoal da área da saúde nos âmbitos federal, estadual e municipal, e, ainda que a Lei Municipal que instituiu a paga, tenha dito sobre sua não-incorporação aos salários, tendo sido paga com habitualidade e com periodicidade certa, nos termos do art. 457, parágrafo 1º, da CLT, assumindo classificação de "gratificação ajustada", incorpora-se e produz reflexos sobre 13º salários, férias mais um terço e FGTS. A jurisprudência é no mesmo sentido (Orientação Jurisprudencial Transitória 43da SBDI-1 do C. TST)." (TRT/SP - 02704200847202008 - RO - Ac. 10ªT [20100503025](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 07/06/2010)

JORNADA

Mecanógrafo e afins

"ATENDENTE TELEFÔNICO COM HEAD PHONE. SUPORTE DE INFORMÁTICA. JORNADA DE SEIS HORAS. RECURSO PROVIDO PARA RECONHECER JORNADA DE OITO HORAS. Tendo o reclamante laborado no atendimento ao 0800 em empresa que prestava suporte na área de informática, utilizando-se de computador para o registro e busca de dados e "head phone" para atender e conversar com o cliente acerca do serviço que prestava, não faz jus à jornada reduzida de seis horas à semelhança das telefonistas, vez que não atua enfrentando as mesmas vicissitudes destas, no atendimento contínuo de ligações e transferência para diversos setores com a utilização de equipamento específico, de acordo como a previsão do art. 227 da CLT. No presente caso, o trabalho se distribuía no atendimento telefônico, na digitação, na observação do monitor, na leitura e na inserção de dados. Jornada de oito horas reconhecida ao laborista." (TRT/SP - 01678200707902001 - RO - Ac. 10ªT [20100503033](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 07/06/2010)

Tempo à disposição do empregador. Transporte ao local de trabalho

VOLKSWAGEN - HORAS "IN ITINERE". NÃO CONFIGURAÇÃO. O tempo despendido entre a portaria e o posto de serviço não é tempo despendido com o trabalho propriamente dito. O empregado não está à disposição do patrão, nem aguardando, nem executando ordens (CLT, art. 4º). Não estão preenchidos requisitos das Súmulas 90 e 320 do C. TST. (TRT/SP - 00206200646202001 - RO - Ac. 3ªT [20100344091](#) - Rel. ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA - DOE 30/04/2010)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

RECURSO ORDINÁRIO DA 2ª RECLAMADA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO TOMADOR. Embora legítima a contratação de mão-de-obra terceirizada, impõe-se declarar a responsabilidade da empresa tomadora de serviços pelo crédito reconhecido judicialmente, como forma de resguardar os direitos do trabalhador, diante de eventual inidoneidade econômica da real empregadora, conferindo-lhe, assim, possibilidade de execução da primeira, que necessariamente incorreu em culpa in eligendo ou in vigilando, vale dizer, mal

escolheu ou mal fiscalizou a empresa com quem contratou. Esse entendimento é corroborado pela Súmula nº 331, item IV, do C. TST. Recurso ordinário ao qual se nega provimento. - RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. USO INDEVIDO DA IMAGEM. INDENIZAÇÃO. O direito à imagem é protegido pela Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso X, que assegura a inviolabilidade à honra e imagem, dentre outros atributos, prevendo o direito de indenização que igualmente tem respaldo no princípio segundo o qual a ninguém é lícito locupletar-se à custa alheia. A Carta Magna tampouco admite renúncia às referidas garantias, vedando a imposição, mediante cláusula contratual, de condições que extrapolem os limites do poder de direção do empregador. Recurso adesivo ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 00575200600502007 - RO - Ac. 4ªT [20100345578](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAUJO VAZ DA SILVA - DOE 07/05/2010)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR DE SERVIÇOS. O debate sobre a existência ou não de fraude na contratação é irrelevante na resolução do feito, mormente porque para a configuração da responsabilidade subsidiária são necessários, tão-somente, o inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo prestador de serviços e bem assim, que o tomador tenha participado da relação processual. Ressalte-se que não se discute a existência de vínculo empregatício diretamente com as tomadoras de serviços, mas sim, a sua responsabilidade pelos débitos da empresa contratante pelas tomadoras de serviços. De mais a mais, é indisfarçável, na situação dos autos, que para atingir seu objetivo social o reclamado utilizou-se de empresa prestadora de serviços que se revelou sem qualquer idoneidade, tanto assim que não cumpriu as obrigações emergentes do contrato de trabalho com a reclamante. A responsabilidade do tomador do serviço é apenas de caráter subsidiário, desde que o empregador não cumpra a condenação. Entendimento da Súmula 331 do C.TST. (TRT/SP - 00745200803902002 - RO - Ac. 4ªT [20100348119](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 07/05/2010)

"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TÍTULOS RECONHECIDOS EM JUÍZO DEVIDOS PELA EMPREGADORA PRINCIPAL. ASSUNÇÃO PELA RÉ SUBSIDIÁRIA SEM EXCLUSÃO DE NENHUM QUANDO INADIMPLENTE OU INSOLVENTE A PRIMEIRA. Descabe à devedora subsidiária pretender o afastamento dessa ou daquela verba da condenação que lhe foi imposta, sob argumento de que não teria dado causa à dívida, na medida em que assume, como tomadora dos serviços do reclamante, em circunstância se encaixa perfeitamente na hipótese do inciso IV, da Súmula 331 do C. TST, toda a dívida da devedora principal quando de sua inadimplência, não havendo se excluir qualquer verba, ainda que a devedora subsidiária comprove ter entregue numerário suficiente à principal para fazer frente a ela. A tomadora dos serviços não tem diretamente nenhuma obrigação, assumindo tão-somente aquelas não adimplidas pela devedora principal, razão porque meramente subsidiária." (TRT/SP - 00819200407102005 - RO - Ac. 10ªT [20100503041](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 07/06/2010)

MULTA

Multa do Artigo 475 J do CPC

Multa do art. 475-J do CPC. Execução provisória. A multa do artigo 475-J do CPC não pode ser aplicada em processo em fase de execução provisória, mas apenas em execução definitiva. (TRT/SP - 02303200100402000 - AP - Ac. 8ªT [20100508221](#) - Rel. SERGIO PINTO MARTINS - DOE 08/06/2010)

MULTA. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ARTIGO 475-J DO CPC. A ausência de omissão na CLT a respeito da citação do executado e execução de bens se não comprovado o pagamento ou garantida a execução desautoriza a aplicação subsidiária da regra contida no artigo 475-J do CPC. Recurso da reclamada provido em parte. (TRT/SP - 00693200800102001 - RO - Ac. 8ªT [20100508540](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 08/06/2010)

PETIÇÃO INICIAL

Causa de pedir. Inalterabilidade

INICIAL. PEDIDO DE VÍNCULO DE EMPREGO COM A EMPRESA "A". PROVA ORAL APONTA VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A EMPRESA "B". SENTENÇA JULGA IMPROCEDENTE O PEDIDO. ARTIGOS 128 E 460 DO CPC. Os limites da lide são desde logo fixados na inicial pelo autor, e o juiz deverá decidi-la nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte, e proferir sentença a favor do autor de natureza diversa da pedida ou condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado (CPC: artigos 128 e 460). Dessa forma, se na peça vestibular o recorrente pede o reconhecimento do vínculo de emprego com a empresa "A", não pode o juiz declarar o vínculo empregatício com a empresa "B" - ainda que a prova dos autos aponte nesse sentido -, sob pena de violar as disposições dos artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil. (TRT/SP - 00121200503002005 - RO - Ac. 3ªT [20100340835](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 30/04/2010)

PRESCRIÇÃO

Intercorrente

Prescrição intercorrente. Súmula 114 do TST. No processo de execução prevalece o entendimento consubstanciado na Súmula 114 do TST, que afirma a inaplicabilidade da prescrição intercorrente no processo trabalhista. Isto porque, diferentemente do processo civil, o processo do trabalho é caracterizado pelo princípio do impulso oficial e a execução pode ser promovida de ofício, conforme previsto expressamente no art. 878 da CLT. Agravo de petição a que se dá provimento. (TRT/SP - 02202199638102005 - AP - Ac. 11ªT [20100138068](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 10/03/2010)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autônomo. Contribuição

Contribuição previdenciária. Pagamento a autônomo. Faz referência expressamente o inciso VIII do artigo 114 da Constituição ao artigo 195, I, "a", e II, da Constituição, sobre a contribuição do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, a "pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício" e "trabalhador e dos demais segurados da previdência social". Isso significa a exigência da contribuição do empregador sobre os pagamentos feitos a empregados, domésticos, trabalhadores avulsos e até a autônomos. É o que acontece quando a Justiça do Trabalho não reconhece o vínculo de emprego, considerando o trabalhador autônomo, ocasião em que serão devidas as contribuições da empresa incidentes sobre a remuneração do autônomo ou do segurado individual (20%, conforme inciso III do artigo 22 da Lei n.º 8.212). A contribuição do próprio contribuinte individual, como por exemplo, o

autônomo será por ele recolhida e não é será executada no próprio processo trabalhista. (TRT/SP - 00821200820202000 - RO - Ac. 8ªT [20100133236](#) - Rel. SERGIO PINTO MARTINS - DOE 12/03/2010)

Contribuição. Incidência. Acordo

ACORDO QUE ABRANGE PARTE DAS VERBAS PLEITEADAS NA INICIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. O acordo é ato pelo qual as partes transigem a respeito de direito que lhe são próprios, não sendo possível que terceiro intervenha na formulação ou nos efeitos da conciliação. O fato das partes haverem estipulado valores e verbas que se harmonizam, em parte, com o pedido inicial, é insuficiente para caracterizar simulação e afastar a boa fé dos litigantes na indicação da natureza indenizatória das parcelas componentes da avença, mormente se, como na hipótese dos autos, as verbas avençadas guardam consonância com o pedido inicial. (TRT/SP - 01322200938202007 - RO - Ac. 2ªT [20100122021](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 12/03/2010)

Recurso do INSS

ACORDO TRABALHISTA SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO VÁLIDA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA SOBRE O VALOR TOTAL DO ACORDO. Ainda que não seja reconhecido vínculo de emprego ou outra prestação de serviços, e não ocorrendo a discriminação válida das verbas quanto à sua natureza jurídica - indenizatória ou salarial - a contribuição previdenciária é devida sobre o valor total do acordo, nos precisos termos da recente Orientação Jurisprudencial 368, do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso da UNIÃO provido parcialmente. (TRT/SP - 02811200806502005 - RO - Ac. 3ªT [20100341157](#) - Rel. JONAS SANTANA DE BRITO - DOE 30/04/2010)

PROCESSO

Extinção (em geral)

Extinção do processo sem resolução do mérito. Artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil. Não cumprimento de determinação judicial. Inércia. Hipótese em que os autores, após ser intimado, não cumpriu a determinação do juízo. Negligência. Omissão para a qual também não se trouxe justificção. Extinção do processo sem resolução do mérito. Sentença mantida. Recurso dos autores a que se nega provimento. (TRT/SP - 00016200925502002 - RO - Ac. 11ªT [20100137916](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 10/03/2010)

RECURSO

Fundamentação

RAZÕES CONFUSAS E INCOMPREENSÍVEIS. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DO TÓPICO DO RECURSO. Razões confusas e incompreensíveis, que não atacam os fundamentos da r. sentença, não possibilitam concluir qual o intuito da parte recorrente e, pois, caracterizam apelo desfundamentado, impossibilitando o seu conhecimento. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. A jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme entendimento consubstanciado através do Precedente Normativo 119 e da Orientação Jurisprudencial 17, ambas da SDC, considera ofensiva ao livre direito de

associação e sindicalização a cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estipulando contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. (TRT/SP - 00290200907602006 - RO - Ac. 2ªT [20100208368](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 23/03/2010)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

"Súmula nº 331, IV, do C. TST. Responsabilidade Subsidiária. Administração Pública - Art. 71 da Lei nº 8.666/93. Embora o artigo 71 da Lei nº 8.666/93 contemple a ausência de responsabilidade da Administração Pública pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, é de se consignar que a aplicação do referido dispositivo somente se verifica na hipótese em que o contratado agiu dentro de regras e procedimentos normais de desenvolvimento de suas atividades, assim como de que o próprio órgão da administração que o contratou pautou-se nos estritos limites e padrões da normatividade pertinente. Com efeito, evidenciado, posteriormente, o descumprimento de obrigações, por parte do contratado, dentre elas as relativas aos encargos trabalhistas, deve ser imposta à contratante a responsabilidade subsidiária. Realmente, nessa hipótese, não se pode deixar de lhe imputar, em decorrência desse seu comportamento omissivo ou irregular, ao não fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo contratado, em típica culpa 'in vigilando', a responsabilidade subsidiária e, conseqüentemente, seu dever de responder, igualmente, pelas conseqüências do inadimplemento do contrato. Da rescisão indireta, verbas rescisórias, salários, aviso prévio, 13º salário, aplicação dos artigos 467 e 477 da CLT. Não há que se distinguir, considerada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, dentre as obrigações trabalhistas devidas a reclamante. Desse modo, não procede a pretensão da recorrente de não ser atingida pela obrigação de pagar as verbas rescisórias, salários, bem como as multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT. Do imposto de renda sobre os juros de mora. O imposto de renda incide sobre a totalidade da condenação, excluindo os juros de mora, pois, à luz do que dispõe o art. 404, do Código Civil, os juros de mora têm natureza indenizatória e decorre do não pagamento das obrigações em dinheiro, sendo assim, se insere no conceito de perdas e danos. Nego provimento." (TRT/SP - 00617200900502002 - RO - Ac. 10ªT [20100157330](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 11/03/2010)

Responsabilidade Subsidiária de Ente Público. Reexame Necessário. Configuração. Duplo óbice impede o reexame necessário relativamente à responsabilização passiva subsidiária decretada à municipalidade: seja pela simples condenação supletiva nos moldes do art. 173, § 1º, inciso II, da CRB/88 com a redação da EC 19/98; ou diante da Súmula 331, inciso IV, do TST, e o limite abaixo dos 60 salários mínimos (leitura do art. 475, §§ 2º e 3º, do CPC supletivo). Recursos ordinários e adesivo a que se negam provimento para corroborar totalmente a decisão de origem. (TRT/SP - 00236200600402004 - RE - Ac. 18ªT [20100503831](#) - Rel. REGINA MARIA VASCONCELOS DUBUGRAS - DOE 08/06/2010)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Salário

SEXTA PARTE. SERVIDOR ESTADUAL CELETISTA. DIREITO RECONHECIDO. SÚMULA 4/TRT-2ª REGIÃO. O artigo 129 da Constituição Estadual possui eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata, já que delimitou o objeto da norma: - o direito à incorporação da sexta parte dos vencimentos integrais após vinte anos de efetivo exercício; os beneficiários desse direito: - os servidores públicos estaduais; e o destinatário da obrigação: - a Administração Pública Estadual, quer direta, quer indireta, eis que o artigo 124 do mesmo diploma não tem a limitação vislumbrada pela recorrente. Com efeito, ao assegurar o benefício em tela "ao servidor público estadual", a Constituição Paulista não fez distinção quanto ao regime jurídico do servidor, do que resulta sua aplicabilidade aos admitidos sob o regime da CLT, inclusive dos empregados de sociedade de economia mista. Incidência da Súmula nº 4 deste Regional. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 01732200802002006 - RO - Ac. 4ªT [20100348143](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 07/05/2010)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

Contribuições Assistenciais. Empregados não sindicalizados. A Constituição Federal garantiu o direito à livre associação sindical dos empregados de uma categoria, a teor do disposto no inciso XX, do artigo 5º e do inciso V, do artigo 8º. Sendo assim, incabível a cobrança de contribuições assistenciais firmadas mediante norma coletiva, de empregados não sindicalizados que, conseqüentemente, não participaram de nenhuma das fases de elaboração do instrumento coletivo. (TRT/SP - 00753200844502003 - RO - Ac. 3ªT [20100340533](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 30/04/2010)

TESTEMUNHA

Valor probante

PROVA TESTEMUNHAL. VALIDADE. SEGURO-DESEMPREGO. A relação entre a testemunha e a parte que a convidou é questão a ser aferida em contradita e não em recurso ordinário. DATA DE ADMISSÃO. OITIVA DA TESTEMUNHA DA RECLAMADA. VALIDADE. INDEFERIMENTO. Verificada a inconsistência das declarações da testemunha da reclamada, correta a r. sentença originária que reconheceu o vínculo empregatício anterior ao registro em CTPS, até porque a obreira através de sua testemunha logrou demonstrar o labor no ano de 2008. CRIME DE FALSO TESTEMUNHO. OFÍCIO. Insere-se no dever do Juiz, quando verificar que a testemunha, mesmo sob compromisso, prestou declaração contraditória com a verdade, determinar a expedição de ofício para a apuração da existência ou não de crime de falso testemunho. (TRT/SP - 01166200903402006 - RO - Ac. 2ªT [20100208341](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 23/03/2010)